

Futuros Feministas para 2026

Natália Cordeiro*



O ano de 2025 foi marcado por uma série de acontecimentos que evidenciam a fragilidade da democracia brasileira que, por sua vez, se relaciona com a fragilidade da democracia no atual momento histórico em escala regional e global. Dentre os episódios mais marcantes estão a condenação pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do ex-presidente Jair Bolsonaro e de militares de alta patente por crimes relacionados a uma tentativa de golpe de Estado. Apesar do ineditismo de uma condenação deste tipo e do que ela representa para a democracia brasileira, que nunca julgou adequadamente os crimes cometidos pela ditadura cívico-empresarial-militar vigente entre 1964 e 1985, a Câmara dos Deputados, notadamente o Centrão e a extrema direita, reagiu com a PEC da blindagem em setembro e com o PL da dosimetria em dezembro.

A PEC surgiu como resultado de um acordo político feito com o objetivo de encerrar a ocupação da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados por parlamentares de oposição, os quais tentavam tomar à força a pauta para colocar em votação o projeto de anistia aos condenados pela tentativa de golpe. Com a intensa mobilização popular nas ruas de todo país, o projeto não avançou.

*NATÁLIA CORDEIRO É EDUCADORA DO SOS CORPO, MILITANTE DO FÓRUM DE MULHERES DE PERNAMBUCO E DOUTORA EM CIÊNCIA POLÍTICA PELA UFPE.

O PL, por sua vez, tinha como objetivo reduzir drasticamente as penas de Bolsonaro e dos militares condenados e foi aprovado em uma tramitação acelerada, pouco transparente e que foi antecedida por episódios de repressão na Câmara dos Deputados. Também houve mobilização popular em diversas partes do país em repúdio a este fato, mas apesar disso, acabou sendo aprovado também no Senado. Além desses fatos, Trump tentou retaliar os acontecimentos políticos do Brasil com o tarifaço articulado por Eduardo Bolsonaro e impondo sanções a ministros do STF. Houve ainda a tentativa de fuga de Bolsonaro que violou a tornozeleira eletrônica que o monitorava em sua prisão domiciliar.

Esse conjunto complexo de acontecimentos evidencia o poder do Centrão, escancara os conflitos entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e demonstra a consolidação da extrema direita enquanto força política no país, apesar das derrotas significativas que sofreu ao longo do ano. Esse conjunto de acontecimentos influencia diretamente nas condições de vida da população, pois no bojo das negociações feitas, emendas parlamentares, projetos de lei, políticas públicas e planos econômicos foram usados como moeda de troca, sacrificando o interesse público e vários direitos, principalmente, os direitos das mulheres, da população LGBTQIAPN+, dos/as trabalhadores/as e das populações negra e indígena.

Especificamente com relação aos direitos das mulheres, ao longo de 2025, a extrema direita operou diversas investidas contra os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, crianças e pessoas que gestam, assim como contribuiu para reforçar discursos e práticas que potencializam a violência contra as mulheres. Durante todo o ano, sempre em contextos de derrotas da extrema direita e do Centrão, deputados tentaram aprovar o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 3/2025 cujo objetivo era revogar a resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), de dezembro de 2024, que estabelecia diretrizes fundamentais para o atendimento a menores de 14 anos vítimas de violência sexual, assegurando sigilo, prioridade e atendimento humanizado nos casos de aborto legal. Após diversas idas e vindas e processos de articulação operados pelo campo feminista e pelo campo fundamentalista, o PDL foi aprovado no dia 05 de novembro e seguiu para o Senado. Diante dessa derrota, mais uma vez o movimento feminista mobilizou a sociedade para ocupar as ruas como forma de barrar o projeto. Assim, no dia 11 de novembro foram realizados atos em nove capitais do país contra o referido PDL.

Iniciativas com o mesmo teor foram objeto de atuação legislativa em diversos municípios e estados brasileiros. Segundo levantamento da AzMina, 103 projetos de lei sobre aborto ou nascituro foram apresentados nas câmaras municipais das capitais brasileiras, entre 2017 e 2024. Ainda que tais proposições não se sobreponham à Constituição brasileira, onde constam os permissivos legais, elas têm implicações nefastas na vida concreta, já que são nas esferas municipais e estaduais que as políticas públicas são executadas. Portanto, quando leis que tratam sobre aborto são promulgadas, elas influenciam na atuação dos profissionais, na sua perseguição, influenciam no funcionamento dos serviços e isso impacta diretamente na vida das meninas, mulheres e pessoas que gestam.

Retrato disso é o nascimento de mais 200 mil bebês filhos de meninas com idades entre 10 e 14 anos entre os anos 2014 e 2023 no Brasil. No mesmo período, só 828 crianças acessaram o direito ao aborto legal, de acordo com o projeto Meninas MÃes. Outro exemplo é a morte de Paloma Alves Moura, 46 anos, em Olinda (PE) no dia 08 de outubro de 2025. Ela procurou atendimento médico por estar com intenso sangramento vaginal e foi submetida a horas de espera até que saísse o resultado do teste de gravidez exigido pela equipe médica, mesmo ela insistindo que não estava grávida. Ou seja, a equipe suspeitou que a paciente estava em situação de abortamento e lhe negou os devidos cuidados, provando que a criminalização do aborto afeta a todas mulheres, quer elas abortem quer não.

Estas situações mostram como o discurso e a prática antiaborto estão capilarizados na sociedade brasileira, nos serviços de saúde e assistência social.

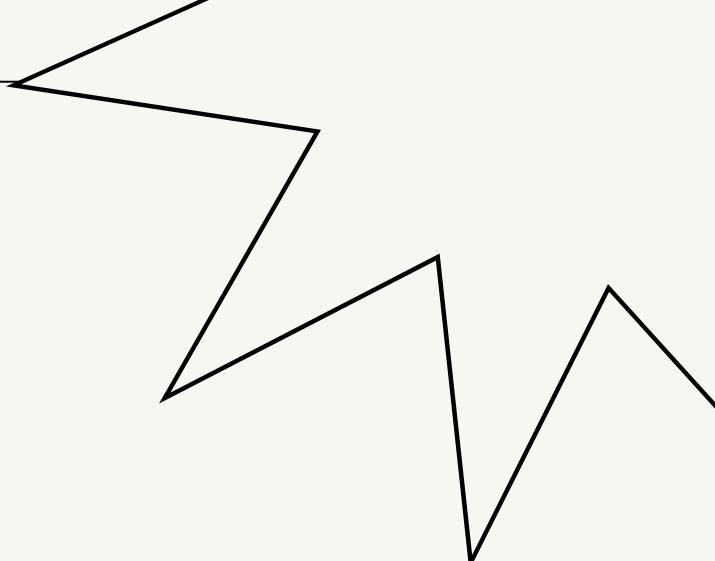
Com relação à violência, em 2024, todos os dias, ao menos quatro mulheres morreram vítimas de feminicídio no Brasil. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025, o perfil das vítimas de feminicídio são: mulheres, negras (63,6%), em idade reprodutiva (de 18 a 44 anos, que representam 70,5% das vítimas), que são mortas dentro de casa (64,3%) por seus companheiros ou ex-companheiros (79,8%). Nos últimos meses de 2025, uma sucessão de violências cometidas contra as mulheres mobilizou a opinião pública devido à crueldade empregada e à perversa diversidade dos contextos: o homem que atropelou e arrastou por um quilômetro a ex-companheira; outro homem que depois de uma briga colocou fogo na casa onde estavam a mulher grávida e os quatro filhos do casal; outro que esquartejou a namorada; outro que matou duas colegas no local de trabalho porque não aceitava ser chefiado por mulheres; um influenciador *red pill* que foi preso em flagrante por tentar estuprar a namorada. Foram realizados protestos em todo país para expressar nossa revolta diante do recrudescimento da violência contra nós mulheres.

O cenário exposto evidencia como o antifeminismo está capilarizado na sociedade brasileira e como a extrema direita fundamentalista (com apoio do Centrão) lhe dá sustentação política e ideológica.

E nesse sentido, nos parece importante colocar luz em algo que muitas vezes fica subsumido nas análises de esquerda: a relação entre crise democrática, neoliberalismo e antifeminismo. Concordamos com as análises que argumentam que a crise democrática está profundamente interligada com o neoliberalismo que, na sua fase atual, prescinde de governos democráticos, até mesmo da sua versão liberal tal qual conhecíamos.

A invasão dos EUA à Venezuela no último 3 de janeiro é um exemplo notório disso, posto que Trump sequer recorreu à retórica, tantas vezes açãoada pelos líderes do norte global, de “salvar” a democracia do país, deixando explícito seu interesse na exploração de petróleo no país que é nosso vizinho.

O que estas análises, no entanto, não avançam tanto é na reflexão sobre como o aprofundamento da redução do Estado no Brasil e no mundo impacta as mulheres, sobretudo as pobres e negras. Para que a reprodução da vida se mantenha em contextos de Estado mínimo, o fundamentalismo opera responsabilizando as famílias pelo cuidado de crianças, idosos e doentes. Para isso depende da (re)domesticação das mulheres, da apropriação do seu trabalho reprodutivo e do aniquilamento de sujeitos que pensam e vivem outras formas de comunidade para além do modelo de família patriarcal, racista e burguesa.



Essa complexa inter-relação, na nossa visão, está entre as causas do recrudescimento da violência contra mulheres, negros e dissidentes de gênero, pois para redomesticar, subjugar, normatizar e docilizar corpos e mentes, é necessário o uso da violência. Para apropriação do trabalho reprodutivo das mulheres e pessoas que gestam é preciso criminalizar o aborto – tanto para garantir materialmente a reprodução da vida, quanto para manutenção do ideal da feminilidade atrelado à maternidade.

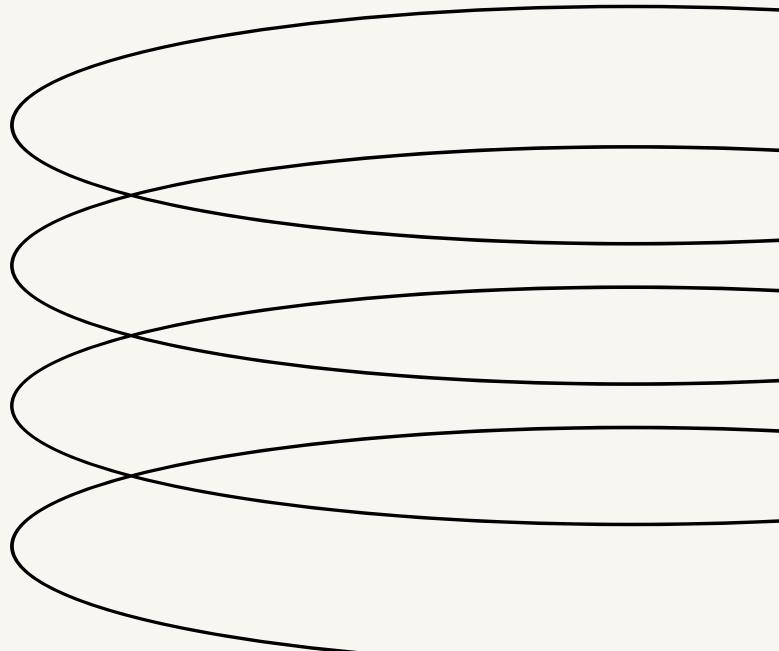
O que estamos propondo com este exercício analítico é que, em 2026, diante das derrotas infligidas pelo campo democrático à extrema direita e diante do vazio eleitoral que a prisão de Bolsonaro deixa, a extrema direita usará das pautas antifeministas, em especial das pautas relativas ao aborto e à violência contra as mulheres, como forma de rearticular o campo e construir unidade entre eles, exatamente como fizeram diversas vezes ao longo de 2025 e por ser essa a estratégia que vem adotando internacionalmente.

Nos parece, portanto, que na disputa eleitoral que está posta essas questões vão estar no centro do debate político e no sentido de destituição dos direitos das mulheres e dissidências de gênero. Isso em si já é bastante grave, mas também nos preocupa muito o fato de que o campo democrático de esquerda insiste em não sustentar as pautas feministas sob o argumento de que são “polêmicas”, são “pautas morais” ou fazem parte da “agenda de costumes”.

Por outro lado, 2025 representou uma alteração na correlação de forças: terminamos o ano com a retomada de alguma capacidade de mobilização social – mesmo que sem lideranças fortes de esquerda puxando estes processos – e de pautar debates, para além de sermos pautadas pela extrema direita. Diante disso, o ano que se inicia nos parece ser o momento oportuno para avançar com propostas ousadas que enfrentem os problemas que atingem às mulheres, às populações negras e indígenas, à classe trabalhadora e às pessoas LGBTQIAPN+ na sua raiz. O crescimento e consolidação da extrema direita indicam que há espaço na sociedade para propostas mais ousadas do que as apresentadas pelos representantes da democracia liberal para resolver os problemas concretos da população. Frente aos ataques conservadores é necessário construir coletivamente respostas feministas populares e antirracistas. Construir alternativas e posicioná-las.

Uma vez imaginada a mudança, dar passos concretos de curto, médio e longo prazo em sua direção com cada sujeito político – partidos de esquerda, sindicatos e movimentos sociais, incluindo os feministas – se percebendo como parte de um campo e compreendendo que são justamente as tensões (e não as acomodações) que fazem este campo avançar.

As eleições de 2026 não podem ser nosso horizonte último, elas são uma etapa importante deste momento histórico, mas não são o fim. A questão que se apresenta para nós, portanto, é saber quais setores da esquerda estarão dispostos a bancar as pautas feministas, sobretudo do direito ao aborto e do enfrentamento à violência contra as mulheres como elementos imprescindíveis para a construção de uma democracia que vá além do seu saturado e excludente modelo mínimo.





SOS CORPO

Instituto Feminista
para a Democracia